



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

rbe@anped.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Educação
Brasil

Bueno Fischer, Nilton

Educação não-escolar de adultos e educação ambiental: um balanço da produção de conhecimentos

Revista Brasileira de Educação, vol. 14, núm. 41, mayo-agosto, 2009, pp. 370-385

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27511688014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Homenagem

Nota introdutória

O artigo do professor Nilton Fischer, que está sendo publicado a seguir, após seu falecimento em julho passado, foi editado a partir de um texto destinado a uma coletânea sobre educação não-escolar de jovens e adultos, que deverá ser lançada ainda no segundo semestre deste ano. Produzida por um conjunto de pesquisadores, essa coletânea resulta de uma pesquisa por mim coordenada e desenvolvida ao longo dos anos de 2006-2008, e que se dedicou ao levantamento e à análise de dissertações e teses produzidas no campo da educação não-escolar dirigida aos jovens e adultos. Entende-se como educação não-escolar todas aquelas práticas educativas formais ou não formais desenvolvidas fora do contexto da escola e que estão voltadas principalmente para a formação política e cidadã e no atendimento das necessidades de natureza econômica, socioambiental e cultural.

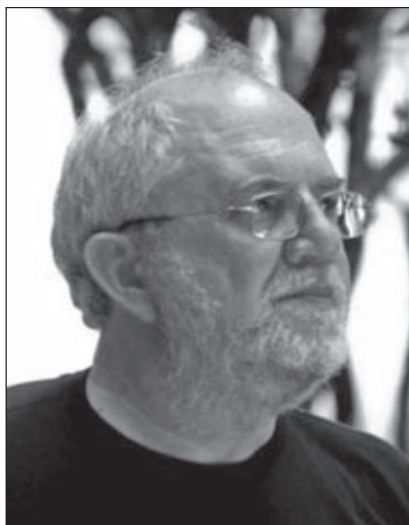
Foram identificados 341 trabalhos produzidos entre os anos de 1997 e 2006, nos campos da educação, serviço social e ciências sociais. Os trabalhos foram

agrupados em temáticas e tratados por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes universidades e instituições de pesquisas que se encarregaram da leitura e da análise das dissertações e teses em suas especialidades.

As temáticas tratadas foram: educação popular em saúde, educação do trabalhador, relações étnico-raciais, educação ambiental, formação política, educação não-escolar de mulheres, educação não-escolar no campo, educação e cultura popular, educação e desenvolvimento, ação comunitária, e autogestão, educação e trabalho associado.

O professor Nilton Fischer encarregou-se da análise dos trabalhos que trataram da temática da educação não-escolar de adultos e a educação ambiental. Sua experiência como pesquisador sênior, sua sensibilidade para os temas socioambientais, seu compromisso com os setores mais empobrecidos e apartados dos direitos de cidadania, sua forma alegre, amiga e esperançosa de levar a vida e tratar seus colegas, deixará saudades como exemplo de um ser humano especial.

Sérgio Haddad



Nilton Bueno Fischer

Pesquisador CNPq 1-A, doutorado em Stanford e pós-doutorado em Illinois (Urbana-Champaign), com produção centrada na área da educação popular, em especial na educação em periferias urbanas junto a projetos de educação de jovens e adultos. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG/EDU/UFRGS). Atua também em projetos de educação ambiental e economia popular e solidária entre homens e mulheres – recicladores – que sobrevivem pela geração de renda em galpões de reciclagem na periferia de Porto Alegre. Orienta teses e dissertações em temáticas relacionadas com esses assuntos e também com educação em escolas públicas com abrangência que envolve também os movimentos sociais urbanos (ações coletivas, juventudes, movimentos culturais). Docência nas áreas da educação popular, escola possível, ações coletivas, movimentos sociais, juventude e educação ambiental.

Educação não-escolar de adultos e educação ambiental: um balanço da produção de conhecimentos*

Nilton Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação

Introdução

A combinação entre educação de jovens e adultos (EJA) e educação ambiental (EA) em projetos e práticas não-escolares, explicitada em dissertações e teses produzidas em universidades brasileiras, revela-se em sintonia muito próxima com as discussões específicas do campo ambiental em si, tanto nas fundamentações teóricas como nos procedimentos metodológicos. Por meio da temática educação ambiental, presente em 39 dissertações e teses examinadas,¹ foi possível detectar

* Este texto só pôde ser produzido porque contou com a colaboração, dedicada e qualificada, de quatro pesquisadores vinculados a projetos de pesquisa e assessoria que coordeno na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): Cassiano Pamplona Lisboa; Leandro Pinheiro; Márcio Amaral e Tiago Cargnin. As dissertações e teses analisadas encontram-se disponíveis na biblioteca digital da Ação Educativa.

¹ Das 41 produções recebidas, duas foram retiradas da análise, considerando suas limitações quanto ao foco de EJA: uma dissertação de mestrado de curso de pós-graduação em serviço social e um estudo de sociologia que tratava do tema ambiental somente relacionado com uma organização não-governamental.

um conjunto de regularidades considerando as duas áreas combinadas.

Organizei este texto partindo das relações entre educação não-escolar de adultos e educação ambiental, tomando o conjunto das produções e buscando uma compreensão do seu surgimento dentro do conhecimento acadêmico. Sem desconsiderar a interdependência com as mudanças no entorno social que produziram reflexos nos sujeitos pesquisadores e nas inspirações teórico-metodológicas dos trabalhos examinados, logo após, com a caracterizo os trabalhos mais importantes. Concluo com proposições para as relações e interações com o campo da educação de adultos, procurando também apontar alguns limites desse trabalho e das análises feitas.

Numa visão panorâmica das produções analisadas, constata-se que elas apresentam ênfase em análises direcionadas, visando à intervenção posterior ao estudo realizado a partir de diagnósticos das situações-problema (relacionadas à habitação de zonas de preservação e áreas verdes, experiências de agroecologia, agricultura familiar, ações e projetos de educação e educação ambiental, políticas públicas de educação ambiental). Essas situações são consideradas indepen-

dentemente das populações de adultos pesquisadas, do território onde moram e atuam e das concretudes vivenciadas (ribeirinhos, pescadores, agricultores, catadores, moradores, proprietários etc.). A clássica perspectiva de diagnosticar para intervir ou de avaliar uma determinada prática social para corrigi-la à luz de um modelo, fonte teórica ou procedimento metodológico de interação com as populações investigadas está presente na maioria dos trabalhos e, com isso, fica comprometida, em parte, a reflexividade em nome da “intervenção”. Algumas produções, ao adotar a pesquisa-ação como dinâmica do trabalho de investigação, trazem metas de resultado imediato a serem incorporadas pelos seus sujeitos ao longo da própria pesquisa.

Esse tipo de abordagem não é novidade na área da educação, e tem muitos méritos pela capacidade de organizar informações e dados que se encontram sem uma análise mais detalhada e aprofundada. As relações entre os campos da educação de adultos e educação ambiental encontradas nesse conjunto de produções acadêmicas revelam uma convergência de abordagens, quase como um ponto de chegada do que foi sendo produzido ao longo da trajetória da educação popular em nosso país. Brandão (1995) faz uma reflexão importante para a compreensão de como a educação popular foi se ajustando às diferentes conjunturas sociais e políticas de nosso país, desde os anos de 1960 até os de 1990, e indica as diferentes ênfases teórico-metodológicas que foram sendo produzidas por pesquisadores, agências de formação e projetos políticos na forma de políticas públicas.

Nas dissertações e teses deste balanço deparei-me com uma combinação que carrega tanto uma perspectiva de análise inovadora, mais crítica e reflexiva, como outra mais tradicional, que mantém concepções de “conscientizar o outro” a partir de elementos parciais de como ele se constitui em sua totalidade. Isso se reflete bem na seguinte passagem de Nancy Mangabeira Unger, presente no livro por ela organizado, *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*:

Será que conhecer é dominar? Expressamos essa convicção quando dizemos: “Domino completamente esse assunto.”

Ou será que o ato de conhecer pode falar também de uma comunhão, de um conascer, na mutualidade do “nós” que se funda em cada relação que estabelecemos com todo ser que nos é externo? (Unger, 1992, p. 22)

A escuta dos outros, que Paulo Freire, ao longo de toda sua trajetória, tanto insistiu para que os educadores populares exercessem em sua plenitude, apontava para essa mutualidade e não para a dominação. As relações que fazemos com a produção examinada estão dirigidas para o que Unger diz, logo após a passagem citada:

O que me pergunto é se é possível hoje encontrar uma maneira de resgatar essa experiência arcaica de obediência, vivida não como submissão nem opressão, mas no sentido originário do termo latino *ob-audire*, *audire*: escutar; obediência como escuta da natureza, como abertura para os sinais da natureza. (*idem*, p. 22-23)

Sinteticamente, tento sugerir que se realize essa escuta dos sinais da natureza pela voz das pessoas das classes populares em suas interações em diferentes práticas sociais que serviram como “inspiração e empiria” nas 39 dissertações e teses desse balanço da produção em torno da educação não escolarizada de adultos nas suas interfaces com a educação ambiental. Essa sugestão conecta-se com a proposta de “continuidades e recomendações”, ao final deste artigo, no sentido de direcionar a energia das pesquisas realizadas também para o aprofundamento do debate a respeito do estatuto da ciência nos dias de hoje e sua matriz epistemológica.

Decorrente do antes mencionado, pode-se destacar outros elementos retirados das dissertações e teses, além da proximidade das áreas anteriormente postas, que se conectam fortemente com as trajetórias dos pesquisadores (mestres e doutores), bem como com as suas escolhas metodológicas de trabalho. São pesquisadores que revelam sensibilidades com o campo social de acordo com os novos desafios postos pelo desdobramento das “intervensões” do homem no equilíbrio das relações homem & natureza, o que

pode ser percebido nos agradecimentos, nas introduções e nas justificativas da escolha dos objetos de estudo. Carvalho (2004), em seu estudo a respeito da construção do sujeito ecológico, estuda diferentes inserções de “militantes” no campo ambiental, tomando essa perspectiva analítica, por meio da qual procura destacar e compreender como foram se instituindo diferentes sujeitos através dos tempos, oriundos de múltiplas filiações teóricas e de variadas inserções sociais. Transpondo esse registro para o território da atividade de pesquisa, neste balanço e nos cursos de pós-graduação do país desde 1996 até 2006 podemos encontrar esse mesmo processo de deslocamento temático que vai convergindo na direção “ambiental”. Entretanto, um alerta precisa ser feito: a inclusão do foco no ambiental não significa o descarte e abandono de outros focos como os da política, do social e do cultural.

A tradução dessa sintonia das pesquisas com uma matriz mais social, dentro dos estudos da educação não escolarizada de adultos e a educação ambiental, revela-se pelas ênfases nas pesquisas de matriz qualitativa, de base antropológica e com descrição detalhada do “entorno” dos sujeitos adultos que fizeram parte dos estudos das diferentes dissertações e teses examinadas. Nesse sentido pode-se afirmar que, nas pesquisas, não se constatou o uso da ferramenta quantitativa da representatividade estatística e da generalização. Os estudos trouxeram elementos de reconstrução histórica, dados descritivos de população e outros dados que revelam mais o seu “entorno social” na forma de dados numéricos, embora alguns tenham sinalizado esse caminho de matriz relacional entre o objeto da pesquisa e abordagens sociológicas. Talvez esse aspecto merecesse maiores problematizações, da parte dos autores das dissertações e teses, no sentido de buscarem diálogos mais explícitos com as contribuições de autores como Boaventura Sousa Santos, José de Souza Martins e Alberto Melucci, entre outros, a respeito dos significados que poderiam estar presentes (e estão), com inquietações recentes, em especial nas últimas duas décadas, que sinalizam para os limites do discurso científico mais clássico (de matriz disci-

plinar, isolado dos “entornos sociais”, prescritivos) e se tornarem, assim, portadores de uma sociologia das ausências e das emergências.

Alguns dados das produções examinadas

Na temática educação ambiental, os 39 trabalhos ficaram distribuídos entre 34 de mestrado e cinco de doutorado. As produções concentram-se em duas regiões (29 de 39): no Sul, com 17 (quase 44%), grande parte no mestrado em educação ambiental da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), e no Sudeste com 12 (30%), cuja explicação pode ser dada pelo elevado número de produções em universidades com tradição em pesquisa, como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Na região Centro-Oeste foram localizados cinco trabalhos (cerca de 13%), provindos da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

Em sua grande maioria (80%), a produção localiza-se em universidades públicas, predominando fortemente as federais. Nas privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas existem três vezes mais trabalhos que nas particulares. Mesmo que haja certa correspondência entre o total de instituições de ensino superior públicas e seus respectivos programas de pós-graduação, constata-se que o tema ambiental vertebrado para o campo da educação não escolarizada de adultos não encontrou um nicho diferenciado em instituições privadas em razão de sua especificidade e do fato de a temática ser mais recente dentro da pesquisa em educação.

Ainda sobre as tendências da produção científica, verifica-se que a predominância é da área da educação, com 30 dos trabalhos (77%), enquanto nas ciências sociais foram seis e somente três trabalhos no serviço social. Constata-se semelhante proporcionalidade em relação ao todo ao tomarmos as produções em educação feitas nas universidades públicas federais, 25 do total, correspondendo a 64%.

Vale ressaltar que 29 das 39 dissertações e teses não tiveram financiamento público por meio das agên-

cias de fomento (cerca de 74%). A quase totalidade dos financiamentos esteve no doutorado, independente da mantenedora (pública ou privada). Essa tendência pode revelar a existência de cursos de mestrado ainda em consolidação, que não atingiram o nível exigido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).²

Ainda levando em conta as características da produção por instituição mantenedora, região do país, nível de pós-graduação, é relevante mencionar que o “entorno” das instituições superiores teve forte influência na incorporação de novos atores para o cenário da reflexão científica. Mesmo que algumas dissertações e teses tenham sido produzidas em lugares distantes da origem de seus autores, a escolha dos objetos de estudo foi feita pela inserção social do pesquisador em sua área de origem. Assim, combinando o local dos cursos de pós-graduação com a origem dos pesquisadores, é possível dizer que a incorporação de sujeitos pesquisados a partir da condição de moradia foi predominante em quase 50% do total das dissertações e teses. Sujeitos mais tradicionais de pesquisas de matriz social, como sujeitos coletivos, sindicatos, associações etc., também tiveram sua presença, por meio dos agricultores (com ou sem organização explícita). Essa novidade instiga a área da educação como um todo e em particular a EJA e tende a revelar algo emergente que está diretamente relacionado com a temática ambiental.

Este balanço pode colaborar para um uma novidade no campo das ciências sociais e humanas: a característica da transversalidade de um determinado “problema ambiental” converge na busca de análise e interpretação que transcende territórios específicos de uma ou outra categoria social; moradores ou “local de moradia” também se encontra no espaço rural e no urbano, podendo ser de diferentes estratos sociais, com diferentes formas de “representatividade”, e assim por diante. Entendo que essa categoria precisará de maiores desdobramentos em futuros estudos com repercussões no âmbito científico (teórico e metodológico).

² Para obter apoio para os alunos na forma de bolsa de estudos é necessário ter nota mínima 4 nas avaliações trienais.

O importante para a incorporação da categoria “moradores” é ela ter sido compreendida pelos pesquisadores em suas dissertações e teses e, com isso, afirmada a relevância social das instituições de ensino superior pela pesquisa em seus cursos de mestrado e doutorado. Novamente a continuidade de estudos torna-se uma sugestão desse levantamento, na medida em que as relações entre pesquisa e extensão visibilizam-se por meio das dissertações e teses analisadas. Ampliar a compreensão dessa interface pode se tornar uma bela tarefa para novos estudos que tiveram sua provocação neste balanço da produção científica no campo da EJA.

Principais aportes teóricos e conceitos trabalhados

A partir do cenário das produções analisadas, surgem os apoios teóricos, em suas diferentes ênfases e escolas de pensamento, quase que subordinados aos objetivos da ação, sem o devido aprofundamento que o emergente tema ambiental demanda. Isso não quer dizer que haja falta de qualidade ou mesmo falta de pertinência deles; trata-se de um alerta pela ênfase dada aos pensamentos e categorias de análise utilizadas. Na sequência de regularidades observou-se uma relação mais estática com o entorno social, significando uma análise circunstanciada com o local onde os sujeitos adultos tiveram suas diferentes e diversas práticas educativas.

No balanço de toda a produção fica evidenciada, de forma predominante, uma intencionalidade dos pesquisadores em apresentar propostas de ação, quer na proposição de novas políticas públicas (por exemplo: sugestões para compor o currículo escolar), quer na introdução de mudanças a serem implementadas nas diversas comunidades e movimentos sociais. Se for levado em consideração que se trata de uma temática nova na produção da pós-graduação, é possível que tal atitude ainda decorra de uma ausência, no debate acadêmico, de perspectivas de análise mais contemporâneas e críticas. Autores como Enrique Leff têm contribuído e especialmente alertado pela não-

transformação da educação ambiental em uma nova panaceia que tudo explica e se congela na forma de novos modismos absorvidos pela área da educação.

Os procedimentos metodológicos foram totalmente pautados por uma abordagem qualitativa com base em pesquisa participante, questionários, entrevistas e observações, além da análise de documentos. Esses diversos procedimentos de trabalho de campo apareceram em proporções diferentes e de forma complementar entre si, conforme os estudos assim requeriam.

Nas diversas interfaces desses procedimentos metodológicos, o foco solidário e de cooperação com as populações atingidas pelas modificações no meio ambiente (no território do vivido – para morar e trabalhar – por parte dos sujeitos pesquisados) aproxima-se do conceito que Joan Martinez Alier (2007) ajudou a cunhar dentro da literatura ambiental: o *ecologismo dos pobres*.³ A forte ênfase no caráter conflitivo dos problemas ecológicos distributivos adapta-se muito bem aos diversos estudos analisados, tanto nas dissertações como nas teses. Embora advinda do campo da ecologia política, essa denominação serve para a análise dos significados das contribuições ao tema deste balanço das interfaces entre EJA (não-escolar) e EA de todas as produções acadêmicas examinadas.

Uma das explicações encontradas para os estudos desse período específico (1998-2006) estarem vinculados a esse conceito está na própria especificidade da área educativa e, em especial, no ideário da trajetória da educação popular em nosso país e de forte aderência ao legado de Paulo Freire: palavras e temas geradores, complexos temáticos e pesquisa socioantropológica,⁴

³ Expressão utilizada na obra de Martinez Alier a partir de 1989 para analisar as práticas e iniciativas inovadoras e viáveis no campo ambiental feitas por populações situadas em regiões pobres, pouco divulgadas em periódicos científicos (mesmo regionais) e até por militantes dos movimentos ecológicos.

⁴ As diversas nomenclaturas derivadas dos círculos de cultura e das palavras geradoras foram sendo incorporadas ao longo dos últimos 50 anos, mas todas elas carregam consigo a perspectiva do “escutar, problematizar, agir”.

no sentido de produzir conhecimento a partir de interações entre sujeitos do entorno social. Isso pode se configurar tanto na tradicional postura professor-aluno (instruir) como nas relações entre sujeitos em uma postura orgânica (interagir). Nas produções examinadas, os pesquisadores (compreendidos como “os de fora”) e os pesquisados (“os de dentro”) desfilaram nos textos com diversas denominações: moradores, trabalhadores urbanos e rurais, organizados ou não, nos setores da economia formal ou não, entre outros. Alier expressa que esse conjunto de “entornos sociais”, entendidos dentro da categoria de *ecologismo dos pobres*, ajuda na compreensão da EJA e da EA:

O campo da ecologia política está agora se movimentando para além das situações rurais locais, na direção de um mundo mais amplo. A ecologia política estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e a qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos. (Alier, 2007, p. 113)

O que se constata nos textos acadêmicos analisados? Era de se esperar uma acentuada e dinâmica combinação entre todos esses elementos, de clara origem ecológica com também evidentes repercussões nos planos educativos, econômico, político e tecnológico. Essa interação ficou mais ou menos especificada nas diversas produções examinadas, de acordo com o entorno social em que foram realizadas as investigações. Encontra-se, no entanto, nas interpretações (análise dos resultados), uma ausência de maiores conexões entre os vínculos com o contexto sócio-histórico e o plano de resolução de demandas apresentadas pelas populações investigadas. E isso pode nos ajudar na compreensão de certa ausência de problematizações acerca do instrumental teórico e metodológico utilizado.

Na tradição da educação popular em nosso país ocorreram ênfases nos focos das ações e intervenções de setores de vanguarda (religiosa, acadêmica, partidária) junto aos setores populares. No livro *Em campo aberto*, Brandão (1995) retoma criticamente essa abordagem ao problematizar tais iniciativas em novos tempos da estrutura política dos países da América Latina e propõe que sejam desenvolvidos mais estudos com metodologia advinda da antropologia e de matriz etnográfica, com “descrições densas” das diversas culturas que compõem esses países.⁵ Considera ainda relevante a produção científica, nessa nova conjuntura, levar em conta esse novo contexto político, o que remete para análises que transcendam a perspectiva binária e reducionista a respeito do confronto entre populações mais vulneráveis e setores explorados contra o capital e outras demandas no plano dos direitos humanos, considerando a estabilização do projeto democrático na gestão desses países.

Nas teses e dissertações analisadas observa-se um dado importante para relacionar a evolução dos projetos democráticos societários com o surgimento da temática ambiental ao longo dos anos e sua expansão bem clara no início deste século XXI. Nos apoios teóricos dos projetos de pesquisa e nos entornos sociais onde estes se situam (sujeitos do trabalho de campo) evidencia-se uma ampliação também nos referenciais, formando assim um duplo movimento: expansão na produção (quantitativo) e expansão nos apoios teóricos (inclusão de novos autores, pesquisadores e referenciais).

Nos cinco primeiros anos do período analisado (1997 a 2001), foram produzidas nove dissertações de mestrado e duas teses de doutorado. Nos cinco anos seguintes (2001 a 2006) o número cresceu para 25 dissertações de mestrado e três teses de doutorado, demonstrando um interesse crescente pela temática. Mas, se de um lado esse crescimento qualitativo

(teórico e metodológico) começa a ser observado nas dissertações e teses (embora tenuamente), de outro lado ainda ficam marcados os estudos em que os tempos da “pressa da mudança” predominam sobre o registrar complexidades para produzir reflexivamente a respeito dos diversos entornos sociais onde foram feitas as pesquisas de mestrado e doutorado.

As conclusões dos trabalhos privilegiaram esse importante, mas insuficiente, campo da intervenção que a educação ambiental oportuniza nesta conjuntura histórica e social. Entretanto, essa mesma matriz engajada de produzir conhecimento não é proporcionalmente acompanhada por maiores aprofundamentos no campo da reflexividade (mediações com diferentes referenciais teóricos). Além do alerta feito por Brandão, lembro como autores fundamentais para essa discussão: Mauro Grün (2007), Enrique Leff (2006) e Isabel Carvalho (2001). Todos eles partilham de preocupações acerca das exigências teóricas que o campo ambiental demanda para não se tornar uma panaceia, onde “tudo cabe e serve”, mas produzir novos trabalhos engajados. Não se trata, porém, de tornar binário um ajuizamento do que é melhor ou pior, mas buscar uma tradução do real (empíria) com novas ferramentas analíticas, interdisciplinares e reflexivas que vão se produzindo aos poucos, quase que homeopaticamente, e especialmente sem abordagens de cunho prescritivo, como receituários.

Nos estudos analisados, constata-se esse movimento inicial de inconformidade e de tentativas de superação de situações-limite ante o predatório modelo de relação homem- natureza. O destaque que fazemos desses três autores é no sentido de uma necessária apropriação de leituras de textos instigantes para o avanço do saber ambiental tornar-se parte das práticas educativas de EJA. Produções como as de Grün, que se baseia em Gadamer, contribuem para esse desafio reflexivo:

⁵ Nesse livro Brandão realiza um balanço da área da educação popular na América Latina tendo como foco sua própria produção de antropólogo, com forte inserção na educação e cultura das classes populares.

A hermenêutica filosófica está no cerne de um processo que nos levou a pensar nestes termos e a questionar a postura epistemológica que define a ciência como forma de controlar e dominar as coisas. Gadamer, ao contrário,

fala numa filosofia e numa ciência capazes de reconhecer a alteridade do Outro. Precisamos aprender a respeitar os outros e a outridade. Isto significa que precisamos aprender que podemos estar errados. Precisamos aprender a perder o jogo – isso começa com dois anos de idade ou menos. (Grün, 2007, p. 166)⁶

Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Isabel Carvalho (2001), pesquisadora muito atenta aos diversos sinais que emergem nos caminhos das práticas de educação ambiental, independentemente se estão inseridas no território institucional da escola ou estão para além dessas práticas. A autora propõe a nomenclatura (conceito) de educação ambiental crítica, uma referência para as diferentes e necessárias leituras e interações com todas as práticas de educação ambiental. Prudentemente, alerta para esse diferencial no sentido de não se procurar uma só concepção do que seria educação ambiental. Esse pensamento de Carvalho parece muito adequado ao atual balanço da produção sobre as relações da educação não escolarizada de adultos e a educação ambiental. A aposta em tornar mais conhecidos os diferentes projetos e concepções nessa área torna mais fértil, produtivo e qualificado o debate. Essa perspectiva de compreensão da produção analisada é importante para um entendimento do tema para além de tabelas, cursos, mantenedoras etc. Trata-se de uma abordagem complementar entre diferentes dados, registros e informações junto com diferentes teorias, metodologias e análises, como forma de aprofundamento de uma área emergente dentro da EJA.

Assim, as dissertações e teses, espalhadas por quase todo o território nacional, com diferentes práticas educativas analisadas, contemplam um conjunto que remete para esse convite feito por Carvalho, no sentido de explicitar essa produção e, ao mesmo

tempo, observar os caminhos propostos para uma abordagem de educação ambiental crítica dentro do mundo de EJA não-escolar.

Caracterizações importantes

Esta seção foi estruturada como se fosse uma tabela de dupla entrada, na qual se cruzam os dois níveis de produção do conhecimento (doutorado e mestrado) com os focos da leitura dessas produções: conteúdos; metodologia; culturas e relações com comunidades e sistema de educação escolarizada e, finalmente, os saberes – relações e poderes. Construí esta síntese a partir de uma prévia discussão de cada um desses itens, agregando exemplos retirados das produções analisadas como representativos das diversas ênfases que apareceram.

Os conteúdos das teses de doutorado

Nas cinco teses analisadas predomina uma combinação de processos que poderíamos agrupar como: “conhecer, refletir, intervir”, apresentados numa sequência interativa entre pesquisadores e suas instituições (universidades) e as organizações de trabalhadores e moradores de um determinado entorno social. Constata-se também uma tendência a conectar esses conteúdos do campo social com os apoios teóricos contemporâneos a respeito da educação ambiental. O ponto de partida em muitos trabalhos é o diagnóstico de uma situação-limite que envolve populações em situação de vulnerabilidade (de produção, moradia ou interface com políticas públicas).

Uma das teses que apresenta essa postura clássica é a de Hiramisis Paiva e Paula (UFRN, 2005), cujo título, *Educação e sustentabilidade: assentamento Maria da Paz – João Câmara/RN*, sinaliza para essa formatação. O texto inicia contando a trajetória da autora junto a questões ambientais e práticas educativas afins, chegando à proposta de assentamentos rurais sustentáveis. Na sequência, faz uma caracterização breve do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do assentamento pesquisado, cuja

⁶ Nessa perspectiva é que a inclusão do item “Culturas, relações de saber e poder e com as comunidades” foi uma ótima sugestão para estruturar este balanço, pois ajudou na captura e compreensão dos processos vivenciados entre pesquisadores e população de nossa parte na condição de leitor externo e de sistematizador.

consolidação contou com a colaboração da UFRN. Por fim, a autora analisa o trabalho de “parcelamento participativo do solo” realizado no referido assentamento, do qual participou por intermédio de pesquisa-participante. O projeto em questão apresentava como objetivo desenvolver o parcelamento da terra junto aos assentados, desencadeando um processo participativo que contemplasse um zoneamento agroecológico.

Numa abordagem mais reflexiva e não tão diretamente aplicada, encontramos a tese de Maria Arlete Rosa (PUC-SP, 1999) intitulada: *Curitiba: um estudo sobre a prática educativa de sustentabilidade – o caso da Vila Sagrada Família*. A autora traz inicialmente o contexto de debate da sustentabilidade, passando às inter-relações com a educação. Em seguida, retrata a questão da moradia e do meio ambiente em Curitiba, caracterizando o bairro onde foi realizada a pesquisa, com destaque para a participação política e a sustentabilidade. Por fim, faz uma reflexão sobre o trabalho de lideranças comunitárias da Vila Sagrada Família, enfatizando sua relação com as políticas ambientais implementadas. Procura estabelecer, nesse contexto, uma crítica sobre a inviabilidade do modelo produtivo capitalista. As iniciativas das lideranças visavam à melhoria do espaço de moradia, incluindo condições das residências e qualidade dos serviços públicos. Esse seria o contexto e o mote das ações educativas desencadeadas e consideradas na pesquisa, denominadas (na tese) como tendo um “enfoque dialético”, ou seja, conhecer a realidade para transformá-la por intermédio da crítica participativa. A pesquisa propunha-se a analisar a relação “sustentabilidade/cidade/política ambiental/participação/práticas educativas”; nesse intuito, a autora logra considerável êxito na elaboração de interfaces entre o microcontexto e as macrocondições do sistema.

Os conteúdos das dissertações de mestrado

Ao longo das 34 dissertações constata-se a predominância de conteúdos combinados entre informativos e formativos de populações rurais. Por meio dessa combinação, salientam-se as pesquisas que tratam

de compreender como projetos extensionistas estão funcionando junto a populações rurais. Instiga observar que a maioria das populações é classificada como comunidades e moradores no/do meio rural e, associados a essa categorização, aparecem os agricultores, os pescadores, os catadores identificados pela função, independentemente do espaço geográfico. Somente um estudo apresenta a condição de moradores e agricultores envolta em uma organização social, no caso o MST. No meio urbano, além das pesquisas sobre os catadores de lixo, estão aquelas sobre pescadores e suas comunidades e estudos a respeito do impacto de políticas públicas (presença de um gasoduto).

Importa destacar os conteúdos das dissertações, que se equilibram entre os de ordem técnica e os de ordem política. Isso independe das temáticas específicas de cada pesquisa e de cada entorno social, rural ou urbano, população organizada (movimento social) ou não. A separação apresentada foi feita mais didaticamente no sentido de evidenciar melhor como as informações são processadas por meio da pesquisa (mais participativa) e da ação extensionista. Há, em todos os estudos, uma clara intencionalidade de levar conhecimentos sobre as situações vividas pelas populações e, a partir da apropriação desses conhecimentos, são esperadas mudanças nas práticas e nas demandas políticas (isso se verifica quando o tema se refere ao plantio, aos cuidados com a natureza, com a introdução de tecnologias como gasoduto, à fauna e à flora etc.).

As regularidades observadas entre as dissertações não escondem certas especificidades que são importantíssimas para a compreensão do campo ambiental, incorporando-se ao educativo, especialmente entre adultos. Apoio essa reflexão na pesquisa de Regina de Cássia Bergamaschi Bley (Universidade Tuiuti do Paraná, 2004): *A educação ambiental no processo de trabalho do catador de materiais recicláveis de Curitiba, Estado do Paraná*. A autora propõe-se a identificar os aprendizados e a construção de saberes que se dão nas relações cotidianas de trabalho, na luta diária pela sobrevivência entre catadores de matérias recicláveis organizados ou não em associações e cooperativas. O desenvolvimento dos aprendizados emerge a partir

das demandas imediatas dos sujeitos entrevistados: a sobrevivência (num primeiro plano), o desejo de inserção e mobilidade social (num segundo plano) e a melhoria das condições de vida da cidade (num último e distante plano, se é que pode ser considerado). Apesar do aporte de autores como Carvalho e Leff, e da apresentação de uma boa revisão da trajetória de educação ambiental brasileira, a autora opta por tomar a EA como “os saberes construídos no processo de trabalho e na luta diária pela sobrevivência” e não como um processo no qual determinados saberes são construídos, negociados, postos à prova. Quer dizer, parece-me incorrer em “erro” ou “equivoco” ao tomar o resultado de um processo (neste caso, os *saberes*) como o próprio processo. Essa abordagem seguramente se enriqueceria se, no tratamento dos dados, tivessem sido feitas considerações explícitas às dinâmicas interativas a partir das/nas quais esses saberes são gerados (o que teria permitido repensar os processos educacionais junto a catadores de materiais recicláveis).

Representativo de uma matriz que segue a lógica de capturar saberes existentes no entorno social, interagir com saberes externos para então construir interpretações que possam servir para novas ações com os sujeitos investigados, destaco a dissertação de Antonio Valmor Campos (UNISINOS, 2006). O título *O reconhecimento de agricultores do município de Anchieta-SC que cultivam sementes de milho crioulo como pesquisadores e detentores de direito da propriedade intelectual sobre a melhoria dessas sementes* revela duas ênfases que se desdobram no texto: o saber dos agricultores e o saber técnico-científico que chega ao grupo por meio dos pesquisadores; a partir dessa relação, é proposta uma ação de direitos sobre esse saber. Embora não apareça uma intencionalidade educativa explícita, esta apresenta-se nas práticas de agricultores, exercendo certa educação informal no uso de técnicas e na delimitação de posicionamentos políticos. O autor, sim, manifesta a intencionalidade de reconhecer os saberes dos agricultores ante o conhecimento científico-tecnológico, citando inclusive sua articulação ao movimento social (Via Campesina).

Numa perspectiva “mais engajada” ou mesmo numa abordagem de resultados (conscientização mais explícita e direta), a dissertação de Zara Faria Sobrinha Guimarães, *Educação ambiental no projeto de assentamento Santo Ildefonso: uma experiência no município de Novo São Joaquim/MT* (UFMT, 1999), traz um histórico breve dos temas reforma agrária e educação ambiental, passando pela relação entre escola e comunidade rural. A seguir, trata das etapas formais da criação de um assentamento, e aborda sucintamente as características do município e do assentamento em análise. Finaliza a argumentação relatando fases do projeto de educação ambiental integrado à viabilidade econômica.

O projeto traduz-se como engajado, pois explicita seu objetivo em introduzir conhecimentos sobre a condição ambiental da região junto às atividades do assentamento, numa proposta de educação não-formal, tendo a própria pesquisadora conduzindo o projeto de educação ambiental junto aos integrantes do assentamento mencionado.

Metodologia nas teses de doutorado

A denominação de pesquisa qualitativa está presente em todas as cinco teses examinadas. Predominam nomenclaturas a respeito, mas ficam em torno das clássicas “pesquisa-ação” e “pesquisa dialética”, a partir dos dados obtidos pelos discursos tanto dos sujeitos das pesquisas (agricultores, moradores etc.) como dos agentes de mediação (pesquisadores e extensionistas). Essa abordagem metodológica reforça a matriz de origem na educação popular. Entre as teses que se aproximam dessa descrição está a de Maria Rita Avanzi: *Tecido a muitas mãos: experienciando diálogos na pesquisa em educação ambiental* (USP, 2005). A autora classifica esse estudo como pesquisa-ação e cita como referências centrais Paulo Freire, Gadamer e Boaventura de Sousa Santos, articulando práxis dialógica, hermenêutica e a proposta de “comunidades interpretativas” deste último. Cita também Mauro Grün e Isabel Carvalho como referências na área de educação ambiental. O texto configura-se

como uma narrativa interpretativa da produção do grupo-pesquisador, incluindo a descrição dos passos dados pelas pesquisadoras (em campo ou nas reuniões do grupo). Nesse sentido, a autora procura relatar que as interações em campo aportaram novas ferramentas aos diálogos internos do grupo, associadas a uma aproximação gradual a referenciais.

Outra tese, também com clara definição teórico-metodológica, merece ser mencionada, pois a metodologia de pesquisa se anuncia dialética, dentro de um referencial marxista, e também comprometida com processo de mudança social: *Curitiba: um estudo sobre a prática educativa de sustentabilidade – o caso da Vila Sagrada Família* de autoria de Maria Arlete Rosa (PUC-SP, 1999). A partir de um enfoque dialético, a autora propõe-se a “conhecer a realidade para transformá-la via crítica participativa”. Nesse sentido, faz referência ao “materialismo dialético” e às noções de “totalidade” e “essência/aparência”. Posiciona-se no intuito de observar as movimentações do real, para perceber o lugar ocupado pelo (meio) ambiente nas atividades dos sujeitos. Nesse ponto, propõe a categoria “prática educativa de sustentabilidade”, almejando uma noção que se aproxime da práxis das lideranças com quem dialoga.

A pesquisa propunha-se a analisar a relação “sustentabilidade/cidade/política ambiental/participação/práticas educativas”. Nesse intuito, a autora logra considerável êxito na elaboração de interfaces entre o microcontexto e as macrocondições do sistema. Faz uso de entrevistas com lideranças e autoridades públicas, analisando trajetórias das primeiras. Da análise dos itinerários pessoais configura relações com o contexto de ação, destacando a relação com o “ambiente” e as práticas educativas desencadeadas.

Metodologia nas dissertações de mestrado

Quase todas as dissertações examinadas “proclamam” que estão fundamentadas em pesquisas qualitativas; poucas não afirmam isso. Segue-se outra importante característica: a complementaridade entre os procedimentos de campo utilizados, com destaque

à entrevista semiestruturada, à análise documental, à observação e aos questionários.

É importante observar que o uso de ferramentas metodológicas não está acompanhado de uma fundamentação teórica mais consistente na maioria dos trabalhos analisados, fazendo com que a busca dos dados seja feita como algo já dado, algo natural. Vale ressaltar, porém, duas exceções: estudos comprometidos com lutas sociais dos adultos pesquisados e estudos vinculados a escolas de pensamento científico. Nos primeiros está explicitada a abordagem dialética/marxista (privilegiando a pesquisa participante); os segundos estão mais próximos das produções da educação ambiental, com base na hermenêutica.

As diversas ênfases em torno das abordagens metodológicas (fundamentação teórica e procedimentos) se direcionam para a pesquisa tipo intervenção. O conjunto das dissertações forma instigante combinação desses apoios ao trabalho de campo, que lembram uma espécie de *degradé* entre o pragmatismo do engajamento direto até o conhecimento crítico para “melhor compreender para melhor intervir”.

Destaco a seguir algumas dissertações que saíram do senso comum ou do uso mais mecânico das ferramentas de pesquisa. São produções diferentes entre si, mas que se abasteceram de referenciais teóricos junto com os procedimentos de campo.

Na dissertação *A problemática socioambiental de uma comunidade discutida a partir de encontros democráticos*, de Elaine da Silva Neves (FURG, 2005), explicita-se a característica da ação/intervenção anteriormente mencionada. Apesar de não haver uma menção direta, pode-se dizer que esse trabalho se baseia em uma “pesquisa de intervenção”, dada a inserção da pesquisadora nas ações comunitárias locais e seu embasamento em Brandão, Gadotti e Freire, entre outros, que trabalham nessa perspectiva. Não são apresentados elementos significativos sobre os valores e a cultura locais. A autora apenas descreve a realidade social de empobrecimento em que vive a população do bairro, sem acesso a saneamento básico, moradia etc. Pode-se destacar nessa seção a participação, na pesquisa, de sujeitos ligados à Igreja católica, identificado com

a estruturação de um grupo social de participação, a formação de lideranças comunitárias e a sensibilização para ações de cunho altruísta. Mantendo o tom engajado, o trabalho faz muitas críticas às ações desenvolvidas no bairro pelo poder público (municipal e federal) de cunho assistencialista, sem projetos que modifiquem estruturalmente a realidade social dos moradores do bairro. A autora alega ainda que essas ações diminuem a capacidade de “empoderamento” da população, tornando-a “refém” de uma política de subsistência.

Outra abordagem metodológica que pode ajudar a compreensão do conjunto da produção das dissertações está situada no campo da formação (política) dos adultos, priorizando-o em relação ao campo mais argumentativo, é a dissertação *A educação ambiental e a construção da participação popular: uma abordagem na gestão dos recursos hídricos*, de Ana Cristina Machado dos Santos (UNEB-Salvador, 2003). A pesquisa qualitativa foi realizada com base na aplicação de questionários e conectada com as práticas e ações educativas originada no campo da “pedagogia libertadora”. O que se pode alertar no caso dessa metodologia de pesquisa, no caso em análise, se situa no contraste entre a competente revisão bibliográfica referente aos temas da participação popular e da pedagogia libertadora e a pouca atenção dada aos sujeitos “educandos”. Quase toda a descrição centra-se nas etapas do trabalho desenvolvido pelas unidades gestoras de projetos e não sobre as interações/diálogos com a população.

Culturas, relações de saber e poder. Relações com as comunidades nas teses de doutorado

No entorno social, especialmente o território no qual as pesquisas de campo se realizaram, predomina a cultura das populações rurais, em especial dos agricultores e suas famílias, e dos assentados, nas lutas dos movimentos sociais (no caso, uma tese sobre MST). Apenas uma tese se refere ao espaço urbano (bairro de periferia e assentamento de população originada de áreas de risco).

As relações de poder explicitadas referem-se àquelas originadas pelas disputas da posse da terra,

das ações sobre os moradores (Estado e políticas públicas). Também estão presentes as relações originadas pelas interações entre os pesquisadores e os sujeitos investigados. Como fruto dessas trocas é que são mencionadas as trocas de saberes entre esses dois grupos de sujeitos (agentes de mediação e comunidades).

Em todas as teses lidas há uma estreita (direta) conexão entre os saberes locais das comunidades e dos movimentos sociais e os saberes dos pesquisadores, especialmente em seu conteúdo técnico e político. Essa conexão apresenta-se pela forte proximidade com o campo da extensão, das trocas de informações a respeito das práticas existentes do manejo da natureza (plantar, pescar, produzir) e os conhecimentos originados no mundo acadêmico (pesquisa e assessoria). Há uma combinação instigante entre esses saberes que poderia ser potencializada para além do imediato ou de uma ação de intervenção, a fim de atingir um patamar questionador do estatuto da ciência, da visão antropocêntrica e das concepções, e usos da natureza somente em sua marca utilitarista, economicista.

Destaca-se uma tese (qual?) em que o ideário da educação ambiental se mescla com o da educação popular, produzindo uma reflexão que propõe interfaces com os saberes da população assentada (MST), revelando intencionalidades de parceria com as demandas dos agricultores e incluindo a “produção de novos saberes” a partir do enfoque ambiental (para incidir na produção e não só na luta/demanda social).

Tomando a combinação entre os temas de investigação, os referenciais teóricos e os procedimentos metodológicos, é possível dimensionar as relações estabelecidas com as comunidades como sendo de parceria, colaboração, interação e compromissos para mudar determinadas situações sociais (e ambientais) consideradas injustas. Cabe destacar que, apesar da total relação com as comunidades estudadas, as teses não tiveram nenhuma interface com sistemas de ensino e com escolas.

Instigante a presença de relações de poder nas cinco teses, pois a temática ambiental retoma os históricos e conhecidos problemas da propriedade da terra e dos consequentes conflitos vividos pelos agricultores

sem-terra e suas organizações. E por isso os afloram. Entretanto, surgem outros poderes em disputa que os estudos revelaram: os saberes das populações locais e os dos técnicos e assessores. Talvez fosse necessária uma continuidade dessa pesquisa para aprofundar as relações de saberes da tradição (do plantio, por exemplo) com aqueles trazidos pelos técnicos, assessores e pesquisadores. Outra pista se situa na possível idealização dos saberes populares feita pelos pesquisadores, lembrando uma velha prática de projetos de inserção social.

A própria natureza dos projetos conduz a um tipo de relação com as comunidades que poderia ser resumida numa expressão sem ajuizamento reducionista: solidariedade. Nos desdobramentos das ações de pesquisa, nos procedimentos metodológicos e nas análises feitas compreende-se melhor a complexidade dessas relações, pois nem sempre o solidário é sinal de escuta e parceria com as populações, podendo tornar-se assistência, prescrição ou avaliação de projeto.

Culturas, relações de saber e poder. Relações com as comunidades nas dissertações de mestrado

Nas dissertações predominam os estudos das culturas do meio rural (agricultores, assentados, pequenos proprietários) em relação às culturas urbanas (populações de periferia urbana, em locais de pobreza e luta por sobrevivência digna, moradia, trabalho e qualidade ambiental). Essa ênfase expõe uma lacuna da compreensão das distâncias entre pesquisadores e populações locais, pois os sujeitos das periferias urbanas fazem parte de um *continuum* entre o campo e a cidade, resultantes das migrações na busca de emprego, sobrevivência em função das mudanças na estrutura produtiva no meio rural etc. As atividades dos sujeitos das cidades têm a ver com o meio ambiente pelos laços com a natureza, na forma de populações que dependem da pesca (ribeirinhos) ou da reciclagem (recicladores/catadores).

Entretanto, os estudos analisados revelam uma regularidade importante: as pesquisas estão pautadas

por uma agenda de solidariedade, ajuda, cooperação de parte dos proponentes e executores das pesquisas com as populações locais. De um lado, essa atitude dos pesquisadores, revelada na produção científica de um mestrado, tem méritos indiscutíveis ante o compromisso social para com as populações estudadas, que se encontram em situações-limite de falta de direitos, pobreza, vulnerabilidade social. Mas, por outro lado, observa-se certo “apressamento” na construção das categorias de análise a partir dessa mesma interação orgânica com os sujeitos das diversas pesquisas feitas. O ideário de uma “educação ambiental” reveste-se de uma marca muito cara ao que representou a educação popular e a alfabetização de adultos em nosso país: um saber pragmático de intervenção, de produção de um conhecimento aplicado a um problema determinado. Aqui remeto ao comentário feito na introdução a respeito das necessárias incorporações de saberes contraditórios, ambíguos, reticentes, entre outros, que trariam elementos mais próximos do vivido pelas populações investigadas, em suas diferentes inserções (morada, trabalho, organização social, projeto governamental etc.).

Entre as diversas dissertações, vale destacar algumas que trazem um conjunto de saberes, ações e expectativas de superação das situações existentes, num processo de continuidade da vida sem saudosismos (volta a um passado idealizado). Entre elas, uma pesquisa fugiu ao “modelo” do conhecer para intervir. Trata-se da dissertação *Bases para a educação ambiental em espaços não-escolarizados: um estudo com a comunidade de retireiros do Araguaia – Luciara no Mato Grosso*, de Regisnei Aparecido de Oliveira (UFMT, 2004). Nesse estudo, o autor trabalhou com pesquisa etnográfica, procurando fazer uma descrição da cultura de uma determinada comunidade e dos processos de aprendizagem nela vivenciados. Utilizou-se da observação participante, com uma longa convivência com essa população (cinco anos), entrevistas semiestruturadas, com escolha de sujeitos para amostra intencional, entrevistando moradores mais antigos e mais jovens da comunidade.

A comunidade é profunda conhecedora do meio ambiente no território em que vive. Constrói casas

utilizando recursos naturais renováveis e disponíveis no ambiente; varia as pastagens do gado de acordo com a seca e a cheia; tem a vida marcada pelos ciclos climáticos, numa relação mais natural com o tempo (não utiliza o calendário romano como organizador da vida da comunidade); consome carnes providas de caça, acompanhadas de recomendações e tabus alimentares; divide o trabalho por gênero, cabendo apenas aos homens o trabalho nos “retiros” (locais distantes das comunidades, onde leva o gado para pastar) e às mulheres a vida na comunidade, cuidando dos filhos; utiliza técnicas de medicina natural para curar males e doenças. A novidade passa pela conexão direta com a educação escolar como alternativa para as novas gerações, a partir da mobilidade social esperada. Entretanto, o conhecimento necessário para a sobrevivência não vem da instituição escolar, mas da cultura e das relações comunitárias, vivenciadas no cotidiano e transmitidas de forma essencialmente oral. Esses saberes sobre a fauna, a flora, o ambiente físico, o solo, o clima, as sazonalidades propiciam um equilíbrio dinâmico entre os seres humanos e o ambiente natural, garantindo a sobrevivência da população. O autor busca relacionar esses saberes da comunidade com o conhecimento científico.

Nas dissertações, tanto pela quantidade como pela variedade de temas e regiões, as relações de poder afetam diversas áreas. Entre essas relações há uma que se repete em quase uma dezena dos estudos: relações entre poder público (políticas públicas), de um lado, e as populações, organizadas ou não, de outro. O Estado fica representado também por ações de suas empresas como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), o gasoduto, que ocasionam mudanças no meio ambiente e provocam reações das pessoas (algumas com assessoria de organizações não-governamentais). Em outras dissertações, as relações de poder estão associadas ao sistema capitalista (genericamente no plano ideológico, na política de preços da terra e na figura do “patrão”). Mas desafiam o leitor aquelas relações vinculadas à estrutura moral das famílias (machismo), às disputas “intra” coletivos de trabalho e às sempre

presentes diferenças entre os sistemas tradicionais de cultivo e os modernos (agricultura “holística”).

Tal como no doutorado, a presença solidária nas comunidades, por parte dos pesquisadores, também está registrada nas diversas dissertações. Combinando essa atitude com a metodologia do trabalho de campo e os referenciais teóricos, ocorrem distorções no sentido de um certo apressamento na busca de resultados práticos. Mesmo assim, os diversos exemplos sobre relações de poder não deixaram de ser *capturados* pelos pesquisadores, independentemente dos apoios teóricos utilizados.

Relações e interações com o campo da educação

Tomando este apanhado como indicativo de uma tendência entre os trabalhos examinados e em especial os que demonstraram pertencimento a núcleos de pesquisa, observa-se a ausência de literatura que tome a EJA com a necessária interface aos processos educativos com as populações investigadas (desde moradores em geral até agricultores, pescadores, ribeirinhos etc.). Como desafio para a área de educação não escolarizada de adultos e em combinação com a educação ambiental, fica uma instigante questão a ser aprofundada: como se processam as aprendizagens desses sujeitos de forma mais concreta. Esse registro aproxima-se dos comentários do início deste artigo, quando alertei sobre os procedimentos de pesquisa como algo a ser aplicado “de imediato” na ação para resolver problemas (ambientais).

Dessa forma, tanto nos núcleos de pesquisa definidos na temática ambiental, nos programas de pós-graduação, especialmente nos mestrados com uma área de concentração dentro dessa área, um desafio se coloca para futuras pesquisas: conectar teorias de aprendizagem com a especificidade dos sujeitos (jovens e adultos) em projetos de educação ambiental (não escolarizada).

Enquanto as teses não fazem menção às interfaces com o sistema escolar, cerca de 1/3 das dissertações explicitam alguma conexão com o sistema de ensino.

A presença da escola na vida dos sujeitos pesquisados, em sua maioria, fica mais no indicativo de mobilidade social, caso tenham acesso. Outro viés se concentra em sugerir conteúdos sobre o tema ambiental para as escolas próximas e críticas pela ausência dessa discussão nas aulas. Este registro é quase uma consequência do anterior, pois a lacuna em torno de teorias de aprendizagem e a especificidade dos sujeitos pesquisados (adultos) revela certo apressamento no processo de formação dessas populações.

Considerações finais

A interface da EJA “não escolarizada” com a EA documentada nas dissertações e teses de nossas universidades brasileiras entre 1988 e 2006 representa a fotografia de um importante momento de mudanças na vida de pessoas adultas em condições de sobrevivência a partir do trabalho e da moradia. Essa imagem, embora parcial e limitada pelo seu próprio campo empírico, carrega a denúncia de mudanças na estrutura produtiva junto a comunidades e organizações de agricultores, pescadores, recicladores-catadores e pequenos proprietários. Também revela como ocorrem as reações das pessoas às intervenções das políticas públicas nos territórios de vida ou ao descaso com populações em situação de vulnerabilidade social na cidade. Mas, na internalidade das comunidades estudadas, as populações adultas revelam conhecimentos próprios, originados na tradição e na experiência do viver, plantar, pescar, reciclar.

As ferramentas teóricas e metodológicas utilizadas nas pesquisas carregam regularidade em torno do ato solidário entre os saberes acadêmicos e os saberes das populações estudadas. Indêpende, para que ocorra essa prática orgânica, se os espaços são a periferia, a cidade ou o campo. Indêpende também se as fundamentações teóricas são mais ou menos críticas e se os procedimentos metodológicos são de maior ou menor escuta por parte dos investigadores. Indêpende ainda das regiões deste nosso país-continente e se as instituições são consolidadas no campo acadêmico e se são públicas ou privadas.

Dessa regularidade que circunscreve a temática EJA & EA também se observa a necessária continuidade de novos estudos. Poderia ser uma agenda de pesquisa que levasse em consideração os saberes locais e os dos agentes de mediação (movimentos sociais, Estado, assessorias, igrejas, pesquisadores etc.). Também surge como parte desse novo desafio o que seriam as internalidades das vivências dessas pessoas adultas pesquisadas.

Este balanço sinaliza fortemente para estudos mais dirigidos ao “perfil dos adultos” pesquisados em situações de aprendizagens por meio de projetos de educação ambiental. O acúmulo já existente sobre EJA – tanto no campo da pesquisa, como nas produções de instituições e organizações não-governamentais centradas no espaço escolar – merece ser aproveitado por pesquisadores de projetos pedagógicos em espaços não escolarizados. Não se trata de uma sugestão de “copiar e colar” de uma situação para outra, mas o exercício da mediação entre esses dois territórios.

Há outro registro que merece ser mencionado: a recente história da educação popular em nosso país, além de todos os méritos de inserção e compromisso social, também muito nos ensina em seu lado científico e acadêmico, ou seja, aponta na direção da necessária busca de maiores problematizações (teóricas e metodológicas) a respeito de toda essa energia posta a serviço de um projeto de sociedade mais humana, fraterna e democrática.

Finalmente, pode-se considerar que o conjunto de teses e dissertações analisado é revelador de um importante estágio de legitimação do tema ambiental na sua necessária proximidade com estudos e práticas de EJA. Um início que carrega consigo ainda as heranças da educação popular em seus primórdios, combinando indignação com inserção de parte dos educadores. Estamos em uma nova conjuntura, em que a limitação de um modelo predatório de exploração da natureza está colocando a todos nós numa tarefa original e criativa no modo de pensar. Os múltiplos componentes e desafios da combinação dos campos de EJA & EA são catapultas para agregar práticas educativas com desafios no campo teórico e epistemológico.

Referências bibliográficas

ALIER, Joan Martinez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Em campo aberto*. Escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995

_____. *As flores de abril*. Movimentos sociais e educação ambiental. Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA EXECUTIVA. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Edições MMA, 2004.

_____. *Encontros e caminhos*. Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Edições MMA, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica*. Narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

_____. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

GRÚN, Mauro. *Em busca da dimensão ética da educação ambiental*. Campinas: Papirus, 2007.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

UNGER, Nancy Mangabeira. *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. São Paulo: Loyola, 1992.

NILTON BUENO FISCHER, doutor em educação pela Stanford University, era professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no qual atuou como membro do Comitê de Educação. Nos últimos anos, foi também professor do mestrado em educação do Centro Universitário Lasalle, em Canoas (RS). Participou da Diretoria da ANPEd como secretário-geral no período 1992-1995 e vice-presidente em 1966-1999. No período 2000-2003 foi coordenador do Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação. Publicou: *Movimentos sociais e educação: uma reflexão instituinte* (In: HYPOLITO, Álvaro Moreira; GANDIN, Luís Armando (Orgs.). *Educação em tempos de incerteza*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 163-186); *Tempos e saberes: interações nos ciclos da escola e da vida* (In: MOLL, Jaqueline (Org.). *Ciclos na escola, tempos na vida: criando possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 27-40); *Aprendizagens com adultos recicladores* (*Educação e Realidade*, v. 29, p. 201-218, 2004); *Educação popular em tempos de mulheres papelarias* (*Cadernos do CEDES*, v. 96, n. 38, p. 100-112, ago. 1995). Sua última pesquisa estava sendo “Tempos e espaços que possibilitam e/ou interditam processos autônomos constituidores de um ‘nós’ entre recicladores/recicladoras de um galpão de reciclagem: estudo do caso da Unidade de Reciclagem Rubem Berta de Porto Alegre-RS”.

Recebido em julho de 2009

Aprovado em julho de 2009